



FL. Nº  
Anexo – notas taquigráficas  
Proc. nº  
CMSP – NOME DA CPI  
Nome - RF

**CÂMARA MUNICIPAL DE  
SÃO PAULO**

**SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR**  
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

**COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO**

**PRESIDENTE: JONAS CAMISA NOVA**

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA  
LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo  
DATA: 22 DE NOVEMBRO DE 2016

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Orador não identificado
- Intervenção simultânea ininteligível/inaudível
- Manifestação fora do microfone

**O SR. PRESIDENTE (Jonas Camisa Nova)** – Na qualidade de Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento, declaro abertos os trabalhos da 25ª audiência pública do ano de 2016.

Informo que esta reunião estão sendo transmitida no portal da Câmara Municipal de São Paulo no endereço: [www.camara.sp.gov.br](http://www.camara.sp.gov.br).

Esta audiência foi convocada em atendimento ao requerimento 95/2016 da Comissão de Finanças e Orçamento, de autoria do Vereador Jonas Camisa Nova, para tratar de questões relativas ao funcionamento da Autarquia Hospitalar Municipal contratada através dos contratos de emergência e, também, para discutir a questão do reajuste da bolsa dos médicos residentes da Secretaria Municipal da Saúde do Município de São Paulo, colocando em pauta o valor retroativo de março de 2016.

Foram convidadas as seguintes autoridades: Sr. Fernando Haddad, Prefeito da cidade de São Paulo; Alexandre Padilha, Secretário Municipal da Saúde; representando a Secretaria da Saúde, o Sr. Otávio da Costa Passos, a quem convido para compor a Mesa; representando a Autarquia, o Sr. Antonio Pedro Lovato; Sr. Luciano Rodrigues, Conselheiro Efetivo do Coren.

Informo que estão abertas as inscrições para os oradores.

A razão pela qual estamos fazendo esta reunião é a situação de vocês com relação ao contrato.

Fiz um levantamento e não consigo entender o salário de vocês, como é que eles conseguem pagar esse salário para vocês: o salário é de quanto? Com os benefícios vai para quanto? (Pausa) Só que benefício não se conta como salário, não é? Eu não consigo entender isso. Se eu for me aposentar, hoje, não consigo me aposentar com menos de um salário mínimo. Como é que vocês recebem menos que um salário mínimo?

Também fiz alguns levantamentos e não sei se confirmarão o que estou dizendo: cada enfermeiro atende até 16 pacientes por dia.

- Fala fora do microfone: “Sim, e muito mais”.

**O SR. PRESIDENTE (Jonas Camisa Nova)** – Quando o Coren diz que são 6?

(Pausa) É isso, Coren?

Eu perguntaria ao Coren: vocês têm alguma ação no Ministério Público referente a isso? (Pausa)

**(NÃO IDENTIFICADO)** – boa tarde a todos e a todas.

Vereador, parabéns pela iniciativa. Hoje, estou aqui representando a nossa Presidente Fabíola Campos, que está em Ribeirão Preto e mandou um abraço a todos.

Há várias ações do Ministério Público – não só aqui em São Paulo, mas em outras Cidades sobre a questão do dimensionamento de pessoal.

O dimensionamento nada mais é do que um cálculo científico que diz, conforme o grau de gravidade dos pacientes que nós atendemos e do serviço, o número de profissionais necessário.

Então, realmente, a gente entende que está muito abaixo, e foi isso que nos trouxe hoje, porque a finalidade do Conselho Regional de Enfermagem e do CRM é prestar serviços para a sociedade; é fazer com que a sociedade tenha um atendimento de qualidade e uma assistência livre de danos.

Agora, como é que os profissionais vão trabalhar para dar uma assistência livre de danos recebendo isso, que não dá para chamar de salário, trabalhando sobrecarregados – 16 pacientes por dia seria o nosso sonho. Na verdade, nós atendemos quantos tiverem, da forma que tiverem e nas piores condições possíveis. A verdade é essa.

Então o Conselho Regional de Enfermagem tem feito isso sistematicamente. Nós somos contra a precarização do trabalho porque nós entendemos que se o nosso profissional estiver nessas condições de trabalho que tipo de atendimento ele vai prestar?

É isso que nos traz para esta Mesa hoje.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Jonas Camisa Nova)** – Agora, eu faço uma pergunta? Se der alguma coisa errada com o paciente, quem responde?

- Falas simultâneas e fora do microfone.

**O SR. PRESIDENTE (Jonas Camisa Nova)** – Tem alguém inscrito? Eu gostaria que se inscrevessem. Vamos fazer uma rodada e, depois, o pessoal do Coren, da Autarquia e da Secretaria da Saúde responde.

Pessoal, eu fico chateado com o que levantei sobre isso, porque eu não sabia que a gente tinha ainda trabalho escravo em São Paulo.

---

- Falas simultâneas e fora do microfone.

**O SR. PRESIDENTE (Jonas Camisa Nova)** – O primeiro inscrito é o Sr. Douglas Cardoso, do Hospital Campo Limpo. (Palmas)

**O SR. DOUGLAS CARDOSO** – Bom, pessoal, primeiramente, boa tarde a todas e todos.

Todo mundo que está hoje aqui vem de uma história de lutas. A luta não começou ontem, já tem um tempo. Desde o ano passado, estamos na luta com relação ao pessoal do contrato. Sempre coloco que não existe um herói, existem heróis, porque, como o Vereador Jonas Camisa Nova falou, essa questão do pessoal do contrato, infelizmente, é algo que assusta até mesmo a população porque é incrível se pensar que na cidade de São Paulo, o coração financeiro do país, se tenha trabalhadores ganhando 510 reais de salário base. Isso é, realmente, preocupante e traz um grande alerta à sociedade também – não só aos

profissionais, mas à sociedade também – de como as relações de trabalho podem ser precarizadas.

Para quem me conhece, não sou trabalhador do contrato. Sou estatutário, mas sou solidário ao pessoal contratado porque a gente sabe que são os nossos amigos, que estão todos os dias no plantão, trabalhando lado a lado com a gente.

Hoje, eu, como estatutário, tenho uma diferença salarial, não ganho bem, mas mais que o pessoal do contrato, e a gente exerce a mesma função. Só que o pessoal contratado, além de exercer a mesma função, ter as mesmas atividades, receber menos, principalmente, tem a maior insegurança com relação ao seu regime de trabalho.

O nosso movimento começou dessa indignação: como nós poderíamos buscar respostas para essas situações? Começamos o movimento no Hospital do Campo Limpo, onde temos uma grande massa de trabalhadores que são contratados de emergência. Eles são a maioria, muito mais que os trabalhadores efetivos. E a relação trabalhista com esses profissionais é totalmente diferente. Não tem como falarmos que é uma relação igual. Eles têm salários diferentes, não têm direito a férias. É um pessoal trabalhando por 7, 8 ou 9 anos, sem descanso; estão cansados e desanimados.

Quando nós começamos essa luta, deixamos sempre claro que não viemos aqui para criar falsas expectativas em ninguém. Viemos aqui para buscar algumas respostas. No entanto, por diversas vezes, desde o ano passado, estivemos presentes na Autarquia Municipal – no tempo, não era o Dr. Lovato que era o Chefe de Gabinete. Era o Dr. Artur -, fizemos diversas reuniões com o Dr. Artur, diversas com o Dr. Padilha, pedindo uma solução para esses profissionais. Só que, agora, nós chegamos no final do ano e não tivemos uma resposta.

Pior ainda: recentemente, o Ministério Público Estadual emitiu parecer negativo com relação a todas as nossas negociações que estavam sendo feitas na Secretaria da Saúde junto do Conselho Municipal de Saúde.

Agora nós temos uma grande questão: o pessoal do contrato.

Os hospitais da Autarquia – não só eu, mas o Dr. Lovato também pode comprovar – não sobrevivem sem o pessoal contratado. Só que o Ministério Público colocou no seu parecer que não foi favorável ao Termo de Ajuste de Conduta, no qual a gente pedia um novo contrato de emergência e, também, um concurso público. Nós defendemos o concurso público.

O Ministério Público foi negativo nesse parecer.

Agora temos uma questão: vocês vão fechar leitos hospitalares? Vão deixar as pessoas morrerem na fila de espera – além do que já morrem? Ou não seria mais fácil vocês regularizarem a situação desses trabalhadores? Quais os caminhos que podemos seguir?

Acredito no nosso poder de representação. Nós temos autoridades que podem, sim, resolver. Nós trouxemos esse problema para o Conselho Municipal, a Secretaria da Saúde, o nosso Sindicato, a Associação de Auxiliares e Técnicos, Coren São Paulo e trouxemos para esta Casa, a fim de que esta Casa possa resolver.

Muito obrigado e aguardamos a solução. (Palmas)

**(NÃO IDENTIFICADA)** – Boa tarde a todos; boa tarde à Mesa.

Só em complemento ao que o Douglas acabou de falar, estamos pedindo não só que seja revista a questão salarial desses funcionários como trabalhadores, mas que seja revista a probabilidade da descontinuidade do serviço de saúde, porque hoje o efetivo da Prefeitura não dá conta dos hospitais, infelizmente a gente não tem um número efetivo de funcionários. Tiveram muitas baixas durante os anos, se levarmos em consideração que o último concurso público foi em 2002, tivemos o último concurso da autarquia e da Secretaria, que não interferiu no nosso caso, para a gente não entrou, mas o último concurso realmente para a Prefeitura, onde foram contratados funcionários para os hospitais, foi em 2002, na época da Marta Suplicy. Então é assim, a gente pede que seja revisto sim pela não descontinuidade do serviço, caso contrário vamos ter um problema muito sério.

O Douglas falou tudo que tinha que falar, a gente tem que ver a situação deles, é

um trabalho escravo. Da mesma forma que ele, eu também dou efetiva, não sou do contrato, mas a gente está junto. Está brigando por essa causa e é uma causa nossa, não é uma causa do contrato ou do efetivo, é uma causa dos trabalhadores da Prefeitura de São Paulo. (Palmas)

**A SRA. VIVIAM** – Boa tarde a todos. Acho que duas pessoas falaram muito bem até agora, mas falaram como efetivos. Eu sou uma contratada de emergência e vou falar sentindo na pele, acho que eles também sentem, mas a gente sente um pouquinho mais.

Sou fisioterapeuta, trabalho no Hospital do Tatuapé, vai fazer no ano que vem dez anos, fiz nove anos agora em setembro, quer dizer, é uma vida que prestei ao serviço público de São Paulo, é uma vida que eu trabalho desde que eu entrei dentro de uma UTI neonatal, eu sou fisioterapeuta de uma UTI neonatal, eu atendo pacientes gravíssimos e sempre trabalhei, levei sozinha, carreguei nas costas uma UTI. Agora, nesse último concurso entrou uma fisioterapeuta, que está trabalhando no período da tarde e ganha praticamente quase três vezes mais do que eu, ganha um pouco mais do que o dobro do que eu. Quer dizer, eu faço o mesmo serviço que ela, ela passou no concurso, eu também passei, não chegou na minha classificação, mas eu também passei no concurso. Quer dizer, eu prestei um serviço durante oito anos para a Prefeitura de São Paulo, que é a maior cidade deste País, e agora simplesmente eu vou ser jogada no lixo, porque é isso que teoricamente vão fazer com os contratados. Todos os contratados levaram os hospitais de São Paulo nas costas, sozinhos, muitas vezes, como eu, sozinha, sem férias, com salário indigno, porque o salário de São Paulo, vamos dizer, que já não é lá grandes coisas, como falou, mas o nosso é indigno de um profissional da área da saúde. Agora, eu só tenho uma pergunta para colocar para você, para vocês todos não, porque não são todos vocês que têm culpa, não estou desmerecendo profissão nenhuma, mas nós trabalhamos com a vida humana, eu só gostaria de saber, como você mesmo já fez a pergunta, eu trabalho como fisioterapeuta, eu atendo paciente de meio quilo, como tem um bebezinho agora de meio quilo, eu, com um errinho mínimo, mato esse paciente, os auxiliares de enfermagem, que são a maioria, correm muito mais risco de matar

um paciente por desgaste emocional, por desgaste físico, pela cobrança que é feita em cima de nós, aí eu só queria uma resposta, quem é o culpado se acontecer alguma coisa com algum cidadão de São Paulo. Se algum profissional matar um paciente, porque nós estamos chegando numa situação... Chegando não, nós já ultrapassamos essa situação de limite. Se nós não tivermos um descanso, um mês para descansar, não é uma semana, não é juntar uns plantões e descansar, nós precisamos, como todo trabalhador brasileiro, de um mês de descanso. Nós trabalhamos, não existe essa lei de que é contrato de emergência não tem direito a férias. Isso não existe. Não tem direito a férias porque o contrato de emergência é um ano, não são dez. (Palmas) E nós estamos há dez, há nove, há oito, seja lá quanto tempo for. Como que um cidadão pode trabalhar dez anos, nove anos sem tirar férias?

**O SR. PRESIDENTE (Jonas Camisa Nova)** - Viviam, posso fazer uma pergunta indiscreta. Não se você pode responder. Quanto é o salário hoje de um fisioterapeuta?

**A SRA. VIVIAM** – O nosso salário base é mil e 500 reais. Mil e 500 reais um profissional formado, universitário, não desmerecendo os demais, pelo amor de Deus, um profissional universitário. Porque é assim, se você for comparar no setor onde eu trabalho, eu só não ganho, ganho um pouquinho a mais do que a menina que faz a limpeza, que ganha muito pouco, deveria ganhar mais. Mas, de resto, porque lá no setor eu sou a única que sou contratada.

**O SR. PRESIDENTE (Jonas Camisa Nova)** – Eu vou fazer uma colocação para vocês, do motivo de ter perguntado isso, porque na minha casa eu tenho dois fisioterapeutas, a minha nora e meu filho, que queriam ser fisioterapeutas por amor à profissão aquela coisa toda. Aí casaram e tal. Eu ficava indignada, porque o salário que eles ganhavam era bem menos que isso na época, isso coisa de três anos, e eu funcionário meu, eu venho do setor de comércio, tenho padaria, uma balconista já ganhava na época um salário de 1.200 reais, que é o salário base. Eu olhei para o meu filho e disse: se é para você ganhar 1.200, então vai tomar conta da minha firma. Mas é aquela coisa, primeiro foi por amor, depois ele saiu pelo



sofrimento, porque realmente não é reconhecido, o fisioterapeuta, e é necessário o fisioterapeuta. Até porque eu estou em recuperação e estou com uma fisioterapeuta. Então, pessoal é lamentável a gente estar chegando a isso e estar discutindo no século XXI um salário que não existe. Se a lei diz que tem que ser no mínimo um salário mínimo, e o salário mínimo para vocês... Vocês estão entendendo? É vergonhoso isso. Desculpem, mas é vergonhoso. Mas nem o aprendiz do aprendiz ganha isso. Agora, eu fico abismado, como vocês pagam as contas de vocês, como vocês sobrevivem com isso.

**A SRA. VIVIAM** – Mas aí é que está, aí a gente chega naquele ponto de novo, corre-se mais o risco de ter acidentes de trabalho, de ter erros de trabalho, porque os profissionais trabalham de manhã, de tarde e muitas vezes de noite.

**O SR. PRESIDENTE (Jonas Camisa Nova)** – O contratado, Douglas, qual é o período de trabalho dele. É doze por...

**A SRA. VIVIAM** – Depende, depende. Eu sou diarista, por exemplo. O fisio é 30 horas. Tem o administrativo que é mais tempo, a psicóloga...

**O SR. PRESIDENTE (Jonas Camisa Nova)** – Mas o contratado é 30 horas. É isso? O semanal.

**A SRA. VIVIAM** – Não. Depende da área. Psicólogo, eu acho, é 40 horas. Então, eu acho que é assim, além do salário que a gente está reivindicando aqui o salário sim, porque isso é injusto, não é ser injusto, é ser ilegal, porque duas pessoas, na nossa Constituição, não podem trabalhar fazendo o mesmo serviço e um ganhar – e essa pessoa entrou muito depois de você – quase o triplo do que você. Isso é ilegal. Além de tudo isso, o que a gente está pedindo, cobrando é ter, no mínimo, respeito. A gente só quer um vínculo digno, a gente quer dignidade para poder entrar, olhar para a cara do paciente e falar: “Bom dia”. É isso que a gente quer, a gente quer respeito, porque muitas vezes, além de tudo, os cotratados são desrespeitados pelos outros profissionais que estão no setor. Além de toda situação, ainda são pessoas que são mal tratadas, pessoas que se tem que trabalhar no final de semana, põe o

contratado para trabalhar, e isso não é da boca para fora, isso é uma realidade que acontece infelizmente em todos os hospitais.

É só isso que tinha para falar. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Jonas Camisa Nova)** – Tem a palavra a Sra. Lurdes Estevam, do Sindesp.

**A SRA. LURDES ESTEVAM** – Boa tarde a todos e a todas. Antes de começar a minha fala, tem alguém da transição aqui? Não vieram. É porque eles foram chamados e era muito importante que o pessoal da transição estivesse aqui. A gente esperava isso, não é isso Douglas.

Eu fico muito desapontada quando o Sr. Vereador diz que não sabia porque faz muito anos, faz muito tempo que temos abrido a boca nesta Câmara, a gente tem gritado. E aí, inclusive, começo questionando porque o Vereador não sabe se ele tem a função de fiscalizar. Estamos falando da prefeitura municipal de São Paulo, então, a gente não sabe porque a gente não quis saber. Porque isso foi falado, nós fizemos a negociação do ano retrasado, ficamos aqui na porta da Câmara Municipal, fazendo acampamento e tudo isso era gritado. Eu mesmo gritei muito ali na porta. Todo mundo conhece a minha voz porque ela é muito ardida. Nós estamos com um trabalho escravo na Prefeitura. Então, o Vereador também tem de prestar a atenção naquilo que o povo está gritando porque essa luta não é uma luta só dos trabalhadores, ela não é uma luta dos contratados, ela é também uma luta da população porque estamos aqui porque pelo Ministério Público esse pessoal já teria ido embora. E os contratados de emergência indo embora tem que estar claro: o povo morre.

Nenhum hospital aguenta ficar sem um contrato de emergência. São duas reivindicações. Nós estamos reivindicando pelos direitos e também reivindicando pelo direito à vida. E é por isso que estamos aqui: de tanto gritar e ninguém ouvir, nós fomos para o Conselho Municipal. Levamos essa causa para o Conselho Municipal, porque o Conselho é tripartite e nós entendíamos que a população ia ficar sensível porque não era um problema

nosso, mas era um problema de todos. Sinto muito inclusive que a transição não esteja aqui porque fazer a transição é garantir que essa comissão de transição esteja para receber as principais tendências que estão colocadas.

Nós que trabalhamos na saúde sabemos com muita clareza disso porque nós passamos plantão. Nós somos obrigados na Saúde a passar o plantão e a gente estava pensando que essa Comissão estaria para receber o plantão. As nossas reivindicações são claras: queremos saída. É por isso que viemos. Temos propostas claras de saída. Nós queremos que se faça um contrato novo para esse pessoal. Porque nós queremos um contrato novo? Porque o contrato velho coloca eles na situação de escravidão, que é exatamente recebendo esses 510 reais. Nós tentamos fazer isso com todas as forças no Plano de Carreira e não deixaram fazer porque a lei não permitia. Nós queremos contrato novo para que eles ganhem exatamente igual a todos os trabalhadores que estão na rede. Essa é a primeira.

A segunda reivindicação que nós temos. Nós queremos que eles recebam indenização desse tempo que eles trabalharam sem férias. Dez anos trabalhando sem férias, sem direito a descanso? Isso é um horror. Isso é escravidão sim. Dez anos sem férias. Nós queremos não só que eles ganhem em pecúnia o direito às férias, mas nós queremos que tenham o direito de gozar férias porque isso inclusive é segurança do paciente. Quando a gente recebe férias é exatamente para a gente recuperar forças para continuar trabalhando. Nós queremos isso. Nós queremos que se faça concurso público e queremos a nossa proposta é que esses trabalhadores que estão na rede há dez anos tenham pontuação para que eles entrem nesse concurso porque eles têm experiência. Essa é a nossa reivindicação. É isso que nós queremos. Precisamos que se faça um TAC, já fomos atrás desse TAC, por isso que nós queríamos a equipe de transição porque nós queremos passar esse plantão. Nós não viemos aqui só para chorar não, chorando a gente está dentro dos hospitais e chorando junto com a população. Nossa proposta ela é concreta, é clara e não dá para ouvir que qualquer autoridade, seja do Executivo, seja do Legislativo, venha dizer que não conhece o problema

porque se a gente que é Vereador, a gente que é gestor não conhece os problemas da Prefeitura Municipal de São Paulo, então, eu pergunto: o que é que estamos fazendo aqui?

**O SR. PRESIDENTE (Jonas Camisa Nova)** – Gostaria de registrar a presença do Vereador Toninho Vespoli.

Tem a palavra a Sra. Raquel Fernandes.

**A SRA. RAQUEL FERNANDES** – Boa tarde a todos. Depois do que a Lourdes falou, primeiro apoio totalmente. Sou do Conselho de Supervisão Técnica da Subprefeitura de Campo Limpo, acompanha também o Conselho Gestor do hospital. Há vários companheiros que estão tentando chegar aqui do Conselho Gestor do Hospital do Campo Limpo e eu queria dizer, Vereador, e toda a Mesa que nós assim que ficamos sabendo do problema, inclusive, o Fórum de Saúde do Campo Limpo, nós demos todo o apoio à luta dos contratados de emergência, participamos sempre que chamados para ajudar, em primeiro lugar, que eles não fossem demitidos porque veja bem o Ministério Público Estadual do Trabalho havia exigido no ano passado que eles fossem todos demitidos. Essa era a proposta do Ministério, nós discutimos isso no Conselho Gestor do Hospital do Campo Limpo, aprovamos por unanimidade da população, dos trabalhadores e da gestão contra a demissão e por um concurso público e para que houvesse um novo contrato de emergência. Levamos na época para o Dr. Artur, da autarquia, o Dr. Artur esteve em reunião no Conselho Gestor. Se comprometeu a não demitir ninguém, apesar dos problemas no Ministério Público, que ele cumpriu. Levamos também para o Conselho Municipal de Saúde e estávamos numa espera de que o TAC, com todas essas questões que a Lourdes levantou, e que eu acho que estão no TAC. Vocês trabalhadores mais do que participaram fossem aprovar. Porque foi aprovado pela atual governo, depois o Dr. Louvato pode falar, e que fosse aprovado pelo Ministério Público do Trabalho.

Qual foi a surpresa? Não foi aprovado. O Ministério Público do Trabalho mantém que todos têm de ser demitidos. Então, nós estamos aqui hoje para discutir isso. Como a gente está num período de transição, é fundamental para a gente chegar numa solução que está

escrita, tem acordo entre o Conselho Municipal, a atual Secretaria Municipal de Saúde e os trabalhadores contratados de que esse acordo seja aprovado no Ministério Público. Eu vejo que é a saída. Para isso nós precisamos que o novo Secretário que já está indicado venha, apoie essa luta, apoie as demandas e vão junto resolver o problema, porque o problema é sério.

Além do fato de que os trabalhadores não podem continuar trabalhando do jeito que está. Também não podemos deixar a população desassistida, por exemplo, no Hospital do Campo Limpo, que o senhor é vizinho, inclusive, de lá e sempre nos apoia quando a gente precisa, como todos os Vereadores. Então, nós precisamos dessa solução, precisamos do novo governo. E só retificando uma informação, foi feito sim um concurso pela autarquia em 2014 em 2002 tinha sido o último concurso, feito no Governo da Prefeita Marta e em 2014 foi feito sim um novo concurso da autarquia. Não foi suficiente e a reivindicação é um novo concurso. Também foi feito porque a defasagem tão grande? Porque foi feito o plano de carreira, os concursados hoje recebem, não vou dizer um salário ótimo, mas com certeza um salário bem melhor do que os contratados de emergência e nós queremos equiparação e a manutenção de vocês trabalhando pela comunidade. Obrigada.

**O SR. PRESIDENTE (Jonas Camisa Nova)** – Só para esclarecer para a Lourdes, na verdade, sempre que me procuraram foi para que a gente resolvesse o problema da contratação, mas nunca se chegou a perguntar o salário que eles recebiam. A gente já está na luta com vocês há algum tempo, então, na verdade, é aquilo que eu falo para vocês, eu não vou mentir nem nada porque, mas sempre que procuraram a gente era para resolver os problemas dos contratos, porque eles estavam a Deus dará, como está até hoje, certo. Isso é o que precisa se resolver.

O Dr. Carlos Alberto Ribeiro, do grupo de trabalho de cirurgia, dentistas e funcionários públicos, mas eu gostaria também de agradecer a presença e se quiser fazer parte aqui da Mesa, Associação Odontológica da Prefeitura de São Paulo, Neide Aparecida

Sales.

Tem a palavra o Sr. Carlos Alberto Ribeiro.

**O SR. CARLOS ALBERTO RIBEIRO** – Boa tarde, sou Carlos Alberto Ribeiro, do CRO - São Paulo. Estou representando o CRO e, principalmente, o Presidente, Dr. Cláudio, e o Secretário Geral Marco Manfredini. Sou cirurgião-dentista estadual municipalizado pela cidade de São Paulo e venho expor uma situação injusta na qual nós dentistas estaduais municipalizados, com o mesmo grau de exigência ganhamos bem menos que os dentistas municipais. No final de carreira, ganhamos aproximadamente a metade do salário dos dentistas municipais. A Prefeitura nos paga uma gratificação de municipalização de somente 752 reais, não reajustada há muitos anos. Então, existe essa injustiça. Eu trabalho do lado de um colega municipal, atendendo o mesmo número de pacientes, ganhando muito menos. Então, é isso que estou expondo e, além do CRO o Sindisaude está nos apoiando e o Conselho Estadual, na figura da Neide Biscula, também está nos apoiando e, em nome do CRO, estamos reivindicando um justo aumento dessa gratificação de municipalização. Pela Prefeitura, a Prefeitura tem um cirurgião dentista ao valor de 752 reais. É indigno e é uma situação que perdura há muitos anos e que em boa hora seria justo ser considerada e mudada. Essa é a minha posição. Estou representando 390 cirurgiões-dentistas estaduais municipalizados.

- Manifestação fora do microfone.

**(NÃO IDENTIFICADO)** – De qualquer maneira, como acho que aqui é um fórum democrático livre, estou expondo uma situação injusta e senti essa oportunidade e representando o CRO, 85 mil dentistas. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Jonas Camisa Nova)** – Obrigado, Doutor.

Mariluce Vieira da Silva.

**A SRA. MARILUCE VIEIRA DA SILVA** – Boa tarde a todos. Trabalho no Hospital

Municipal do Tatuapé há 10 anos e, como todos, estou sem férias esse tempo todo. Quando entrei lá, eu sabia, eu fiz um concurso e sabia que o período era por um ano de contratação e desse ano estou até hoje. Eu não aguento mais. Olha o meu corpo, o meu físico – não chamando o senhor de gordo, mas imagine eu sozinha dando banho no senhor, meus músculos já não aguentam mais.

Então, queria uma definição e não só dizer que vamos resolver porque desde o ano passado que está nisso. Vamos pensar, vamos resolver, marca uma reunião e marca outra. Nós queremos uma definição definitiva hoje. Nós vamos fazer assim, assado, vai ser mandado embora, vai isso, mas dê uma definição. (Palmas)

São 10 anos. Estou cansada fisicamente, mentalmente, não consigo dormir, eu tenho um problema terrível de insônia, não é fácil trabalhar em um setor onde você chega a pegar 18 pacientes para cuidar sozinha. Agora, na hora que eu errar não vai ser o Coren, não vai ser o hospital, não vai ser a justiça, só vão jogar em cima da gente, somos nós que vamos responder.

Eu vim mesmo na discussão para ouvir o que será resolvido para a gente. Eu estou disposta a negociar, mas tem de ter uma definição já.

**O SR. PRESIDENTE (Jonas Camisa Nova)** – Eu gostaria que você falasse para o Toninho Vespoli o quanto você ganha.

**A SRA. MARILUCE VIEIRA DA SILVA** – Eu? Eu não chego nem a 1.800 reais por mês juntando tudo.

- Manifestação na galeria.

**A SRA. MARILUCE VIEIRA DA SILVA** – O passe, 510 parece.

**O SR. PRESIDENTE (Jonas Camisa Nova)** – Os benefícios que vocês ganham para chegar a esses 1.800 são o que?

**A SRA. MARILUCE VIEIRA DA SILVA** – Condução e vale refeição só isso.

P – Chega a quanto?

R – 1.800 reais. Plantão extra, estou cansada de fazer. Tenho uma mãe de 78 anos, só eu e ela e deixo-a sozinha em casa para cuidar dos pacientes. Ninguém vê isso. Olhem para nós. Queremos que vocês foquem. Não adianta só fazer reunião e dizer depois, depois, depois. Não, digam agora: podemos fazer isso.

Eu fiz um concurso, como muitos fizeram e não chamaram. Reconsiderem isso, chamem esses que passaram. Na época que eu fiz, sabia que era para contrato, mas valeu. Eu tenho o telegrama até hoje, eu tenho toda a documentação até hoje de 10 anos guardado comigo.

Então, vamos ver o que vocês possam dizer de positivo para a gente para sairmos com esperança porque estou desanimada. Eu vim rezando, pedindo a Deus que abrisse a mente de cada um de vocês para ver se vocês olham por nós.

Obrigada. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Jonas Camisa Nova)** – Jesus Andrade.

**O SR. JESUS ANDRADE** – Boa tarde aos Colegas e a Mesa.

Eu também estou pelo contrato há mais ou menos nove anos e posso dizer que já cheguei com esses 510 que eu ganho ir ao mercado fazer cesta básica para ajudar um colega. Só isso que poderia dizer porque não consigo ver um colega passando necessidade em casa. Sai do lar para vir para unidade de alta complexidade e chegar ao fim do mês, no extrato, desculpe-me agora não dizendo ao salário de cada um desta Casa, longe, mais existem cargos comissionados nesta Casa que ganham salário que tem férias. No gabinete de vocês tem férias.

Agora, um cidadão desse que sai as 5h da sua casa para chegar ao hospital sorrindo. Tem de entrar na enfermaria sorrindo porque o doente está lá em uma situação que só nós que estamos lá no dia a dia vivemos. Então, falar de saúde, desculpem do Coren, eu



acho muito bonito, mas fazer saúde é lá. (Palmas)

Fazer saúde é lá. Eu vi o ex-governador do Rio Anthony Garotinho entrando no Samu e indo ao hospital e chegou lá, garanto que foi muito bem tratado.

Vereador, talvez pela situação financeira ou social de cada um tem direito a ir a um hospital particular, muito bem atendido, mas quando for entrar no Campo Limpo, no Tatuapé ou qualquer unidade também vai ser muito bem atendido. (Palmas)

É um compromisso que nós temos. Hoje eu tive de dizer para a minha chefe – ela ligou na minha casa para fazer extra, como ela sempre faz –, com o coração partido, que infelizmente eu não poderia porque vou a uma causa muito nobre. O nosso salário nunca atrasou, mas a condição – olha como é que sou justo, eu sou justo.

Há quatro anos quando o Prefeito desta Cidade entrou no Hospital do Campo Limpo fazendo propaganda eleitoral, eu fui um dos que o defendeu. Não o conhecia. Vi quando ele saiu como ministro e almejava algo mais dele, no entanto, chegamos ao fim de um mandato e nada foi decidido com relação a esta classe que está aqui há nove anos. Isso é uma vergonha.

Talvez seja uma vergonha para esta Casa, nobre Vereador, não conseguiu decidir uma classe de um profissional, que é a área da Saúde. Desculpe-me dizer isso. Eu posso dizer isso para V.Exa. porque a luta nossa aqui, olha, todos nós aqui lutamos muito. Viemos aqui, olha. Já apanhamos muito da Polícia até, para lutar por essa causa, para essa dignidade. Eu gostaria que V.Exas. refletissem. Na reunião desta Casa, na assembleia ali, gostaria que V.Exas. colocassem em pauta de cada um... Há pessoas passando necessidade, com 510 reais. Deem isso para o Vereador, para ver se S.Exa. sobrevive, nobre Vereador. (Palmas)  
Deem isso para o Vereador. (Palmas)

O nosso futuro Prefeito disse, em alto e bom som, e eu ouvi e eu gravo: “Olha, o meu salário, eu já doe, foi dado”. Eu não posso fazer isso, nobre Vereador. Eu amo a minha profissão, eu amo a minha profissão, eu amo, mas infelizmente eu preciso pôr o pão na minha casa. Eu preciso pôr o pão, Minhas crianças, eu tenho duas crianças, e têm sofrido, e têm

sofrido. Eu gostaria só que V.Exas. refletissem nove anos sem férias, muito cansado, fazendo extra. Eu, para sobreviver, para compensar esse salário de 510 reais, eu tenho que fazer oito extras, dez extras. Agora só são seis. Falaram que agora só são seis. É isso aí. Falaram que agora são só seis. Eu não sei de onde partiu, se falaram que essa ordem vai da autarquia. Eu falei assim: “Rapaz, isso...”. Falaram que veio da autarquia isso, que são só seis.

- Manifestações fora do microfone.

**NÃO IDENTIFICADO** – Então, nós sofremos. Eu gostaria que esta Casa, há representantes desta Casa aqui, e representante que o povo colocou aqui dentro, e quem colocou aqui dentro foi o povo; e nós que tratamos desse povo que está lá, somos nós aqui que tratamos desse povo que está fora, que elegeu o nobre Vereador. Eu gostaria que V.Exas. refletissem isso aí. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Jonas Camisa Nova)** – Tem a palavra o Sr. Leandro de Oliveira.

**O SR. LEANDRO DE OLIVEIRA** – Boa tarde, pessoal. Meu nome é Leandro. Eu sou dirigente da Confederação dos Trabalhadores Municipais de São Paulo. Estou representando a mesa nacional do Sistema Único de Saúde e aqui, em São Paulo, eu estou na coordenação pela bancada dos trabalhadores, na mesa municipal de Saúde. Esse tema é um tema extremamente importante. Não é a primeira vez que a Prefeitura São Paulo trata os contratados de emergência dessa forma. Isso já ocorreu inclusive com os trabalhadores de Zoonoses, que ficaram de oito, nove anos, quase dez anos nessa condição, sem férias etc., etc. e nós travamos uma luta terrível na cidade de São Paulo, porque todos os anos tinha que brigar para prorrogar o contrato de emergência, porque a Prefeitura se utiliza desse instrumento do exercício de fato. Ou seja, o contrato de emergência foi feito para perdurar um ano só, e depois claro, renovar por mais uma vez. Ele jamais poderia chegar nesse nível que

chega, de oito, nove anos, um contratado trabalhando nessas condições. Só para dar um exemplo, o contratado - já falaram isso aqui - o salário do auxiliar de enfermagem, padrão inicial do contratado é 510 reais. Ponto. O salário de um trabalhador efetivo, auxiliar de enfermagem é mais de dois mil reais. Olhem a diferença que há entre um salário e outro. Não é possível a Prefeitura continuar trabalhando com esse instrumento dessa forma, e não dar uma solução definitiva. Há uma colega que falou aqui. Nós queremos uma solução definitiva. Mesmo que seja demissão... Jamais, jamais falem isso. É um absurdo. Não é demissão não. É a Prefeitura resolver o problema da permanência dessas pessoas. Como nós estamos nesta Casa... (Palmas) Eu quero parabenizar a iniciativa por esta audiência pública, porque esse tema precisa ser resolvido. De imediato, é a situação desses companheiros e companheiras que estão trabalhando há mais de oito anos, quase nove anos nessa condição. Nós não conseguimos resolver isso nem na reestruturação de carreira, porque o contrato de emergência é draconiano. É um contrato por um ano, renovado por mais um ano, e o trabalhador tem uma série de direitos que ele não tem no contrato de emergência. Ele não tem. Então, essa situação precisa ser resolvida. Eu acho que essa é uma oportunidade ímpar para esta Casa, além do Conselho Municipal de Saúde, que também já fez uma intervenção, como colocou muito bem a companheira Lourdes aqui, que houve uma articulação tripartite. Os senhores sabem o que é o Conselho Municipal de Saúde? Lá há o gestor, o trabalhador e os usuários. Isso aí dá legitimidade. Já está aprovado lá, no conselho municipal, para se tirar uma solução, que foi a proposta que a companheira Lourdes, que cuida dos trabalhadores da Saúde dos sindicatos municipais, já apresentou aqui.

Agora o próximo passo que foi dado é esta audiência pública. É importante uma audiência pública, porque, na audiência como foi feita aqui, os senhores têm direito a voz, e vieram aqui pessoalmente colocar cada um que falou aqui na frente, que está passando por esse problema, isso tem que ser resolvido, e não é com demissão. Não é. (Palmas) Isso tem que ser resolvido é com a tentativa de trabalhar, para que essas pessoas possam permanecer,

avançar na questão do concurso público, de imediato, e mandar um projeto de lei aqui. Falou muito bem a companheira Lourdes, e também a minha companheira Raquel e outra pessoa, que a gente precisa sair daqui com um encaminhamento concreto, e acho que uma audiência pública aqui é registrada publicamente, encaminhar para a equipe de transição. Está aqui o Governo atual, representando aqui a mesa o Sr. Lovato, da área Jurídica e o Sr. Otávio, que é assessor de gabinete. Ou seja, parte do Governo está ali. Aliás, o Governo está aqui, o municipal; e existe uma transição sendo feita já com o João Trabalhador.

Então, pessoal, nós temos que pedir para o João Trabalhador trabalhar também junto com o Governo atual. (Palmas) para tirar uma solução para isso, e que não seja uma solução que prejudique e que bata no lombo dos trabalhadores. (Palmas) Está certo? Tem que ser uma solução que seja adequada, e não é só por conta dos trabalhadores, é por conta do atendimento também da Saúde da cidade de São Paulo. São mais de mil pessoas. Perder mil pessoas hoje significa que para repor essas pessoas vai demorar bastante, e a saúde da população fatalmente será prejudicada. Então, a nossa reivindicação aqui de todos os senhores, dos sindicatos, das entidades, do Coren, da Associação Odontológica e do Governo que está presente, é achar uma solução que dê conta de dar segurança e mais do que isso, não é um contrato com o salário de escravo. Tem que ser um salário, o novo salário pago no plano de carreira para todos os profissionais, sejam quaisquer que sejam as funções ou as profissões desses trabalhadores.

Uma saudação e um abraço. Nós estamos juntos. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Jonas Camisa Nova)** – Tem a palavra a Sra. Lílian Leite.

**A SRA. LÍLIAN LEITE** – Boa tarde ao nobre Vereador, à Mesa e aos colegas. Eu sou psicóloga do Hospital do Campo Limpo. Entrei em janeiro de 2010, em contrato de emergência e estou nessa luta. Muito foi falado. Há coisas que eu não vou ser repetitiva, mas gostaria de lembrar alguns pontos. Primeiro, sabem por que nós estamos aqui, como contrato de emergência? Porque muitos dos nossos colegas que passaram no concurso de 2014,

inclusive eu, mas uma classificação menor, porque a pontuação para quem nível superior, na questão de Mestrado, foi muito alta. Inclusive colegas meus, que eu respeito muito, que estão trabalhando lá, com Mestrado que nem era da área, porque as pessoas que foram chamadas no contrato, principalmente... Eu posso falar da Psicologia, não ficaram um mês e saíram, porque não aguentam. Não é todo mundo que trabalha num pronto-socorro do Campo Limpo. (Palmas) Numa UTI do Campo Limpo. O senhor provavelmente que sabia que o nosso salário estava tão defasado com o outro, porque o salário ficou defasado quando houve a transição para estatutário, porque, até então, o nosso salário base era igual para todos. Não é isso? Então, há um ano, há um ano e pouco que começou com essa defasagem. Então, aqui nós estamos representando não só a Enfermagem, mas a fisioterapeuta, a assistente social e psicólogos, que também fazem parte dessa. Nós acolhemos as famílias que estão em luto, seja porque perderam um ente querido ou porque têm pessoas lá muito graves. Então, desde que veio esse concurso e houve essa transição... É assim, chamavam um concursado. Então, saia um funcionário, um contratado. Então, nós estamos aqui porque não tiveram quem nos substituíssem. Não é isso. E desde então, a gente está assim: Chega no final de mês, o que falam? “Olhem, dia 31, dia 30, é o último dia de vocês”. Nós estamos há três anos vivendo isso. Então, não só a pressão de não ter férias, não só a pressão de não termos os mesmos direitos, mas a pressão de que amanhã nós vamos embora. A última dessa foi dia 31 de outubro. Disseram: “Nós vamos ser todos dispensados”. Agora é uma pena que a transição não esteja aqui, porque eu não sei se V.Exas. têm todas essas respostas que nós gostaríamos, mas a última coisa é que dia 31 de dezembro nós vamos ser mandados embora. Eu estou de plantão no dia 1º de janeiro. Nem sei se faço ou não, porque esse é o fato.

Então, assim, gostaria mesmo que pensassem. Nós, numa crise que está vivendo o País, que não é para ninguém, ser mandado embora agora é uma situação bem difícil. Pena que o Ministério Público não autorizou fazer um contrato por um ano, porque um contrato por um ano daria fôlego para a nova gestão saber o que faria, se é novo concurso ou quê, mas

tomar posse. Agora, podem mandar a gente embora, podem vir outros novos contratos, mas quem realmente vai aguentar trabalhar no hospital? Então, é isso que eu gostaria de falar para os meus colegas e para V.Exas.

Obrigada. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Jonas Camisa Nova)** – Tem a palavra o Sr. Valnei, da Confederação dos Servidores.

**O SR. VALNEI** – Boa tarde a todos. Obrigado, nobre Vereador por acolher a minha inscrição. Só uma pequena correção. Não é confederação, é a Federação dos Trabalhadores do Serviço Público no Estado de São Paulo.

Pessoal, eu acho o seguinte: Diante de uma situação, diversas falas aqui realmente nos causam uma emoção tamanha, porque se trata de uma questão de lesa visa, à dignidade da pessoa humana. Qual é o humano que não necessita de um trabalho, uma remuneração, para que se possa dar sustento a sua família, que possa pagar as suas contas e levar, melhor dizendo, uma vida digna?

Diante de uma conjuntura nacional, nobre Vereador, em que os direitos trabalhistas, dos direitos das pessoas estão em risco, isso parece que arrebenta aqui, antes mesmo de tudo acontecer, isso parece que já estava em andamento. Que atitudes poderiam ter sido tomadas anteriormente? Foi bem colocado pela minha companheira Lourdes e companheiros Estevão e Leandro de Oliveira que nós, dos municipais de São Paulo, quando reestruturamos, reestruturamos não, nós fomos à rua, obrigar com que este Governo reestruturasse todas as 18 carreiras, compreendendo as carreiras da Saúde aqui na cidade de São Paulo, e que o auxiliar de enfermagem, que tinha um salário de 510 reais, hoje, em inicial de carreira, lembrando que os trabalhadores da enfermagem aqui, em São Paulo, são 30 horas. Então, isso já é uma conquista. Não é de agora. Os municipais aqui já têm essa jornada de trabalho de 30 horas e tinham o mísero salário de 510 reais por mês, e nós tivemos que acampar nessa Casa, em frente a esta Casa. O nobre Vereador Toninho Vespoli lembra-se disso, e o Vereador

Jonas Camisa Nova também, e nós conseguimos com muita luta, muito empenho e muito apoio da categoria, que sabia que aquilo era um momento importante, porque era inadmissível que nós, trabalhadores da Saúde da maior Cidade da América Latina tínhamos um salário miserável daquele, e aí a gente conseguiu claro, mediante muita luta, elevar esse salário, entretanto faltou algo extremamente importante, que é esse pessoal que hoje está aqui, reivindicando os mesmos direitos que outrora outros que, por meio via concurso público, adentraram ao serviço público; e qual a diferença desses trabalhadores, se exercem a mesma função, estão no exercício de fato e cumprem lá a sua jornada semanal de trabalho? O que leva essas pessoas a não terem os mesmos direitos, as mesmas prerrogativas, o quesito pecúlio dos demais que adentraram ao serviço público via uma prova? Eu quero dizer que essas pessoas são tão essenciais ou até mais, essencial, porque, ao ver que eles estão exercendo as suas atribuições, eles têm o medo de que, a qualquer momento, eles podem levar um pontapé no traseiro, porque é essa incerteza que essas pessoas têm. (Palmas) Então, reparem, Srs. Vereadores, o quanto são essenciais a prestação do serviço público nesta Cidade, e não há número contabilizando dessas pessoas. Ainda assim, existe uma defasagem muito grande de trabalhadores, para prestar assistência, o serviço de excelência à população paulistana. Aí eu pergunto: “Olha, esbarra no quê?” Em uma mísera legislação.

Nobre Vereador Jonas Camisa Nova, nós estamos no local certo. Aqui é a Casa das Leis, é a Casa do Povo, e o poder emana do povo, pelo povo e para o povo. Este povo quer ter a mesma prerrogativa que os outros têm, nobre Vereador Toninho Vespoli. E aí cabe a V.Exas. Existe lá a lei. Existe a possibilidade, senão do Executivo via legislativo, de uma nova lei que inclua, retire esse artigo e inclua as mesmas prerrogativas no quesito remuneração a esses trabalhadores. Renove-se o contrato, porque não dá para chegar no final do ano e, simplesmente, dizer: “Olha, todos vocês não terão Natal”. Porque se essas pessoas perderem seus trabalhos, como vai ter o peru? É uma pergunta. Não haverá peru. E com esse salário não é tão peru, não é chester. Não é chester também? É galinha! Daí pergunto para os

senhores sobre a importância que se tem essa audiência pública, e agora aprecio o compromisso de vocês. Tenho certeza que V.Exas. terão esse compromisso perante essa categoria, esses trabalhadores.

Quero dizer que, assim como estivemos na primeira audiência pública, chamada pela companheira Luiza Estevão, Conselheira Municipal de Saúde, nosso companheiro Douglas, aqui também esteve presente, ele fez essa articulação, nós sabemos disso. Agora, nós estivemos lá apoiando vocês e continuaremos apoiando vocês. Afinal, nós temos o entendimento, Srs. Vereadores, e a certeza absoluta que essas pessoas são essenciais para a prestação do serviço público na cidade de São Paulo. Contamos com os senhores, assim como eles contam com os senhores também. Esse era o recado: todo nosso apoio e solidariedade a todos. Contem conosco. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Jonas Camisa Nova)** – Tem a palavra o Vereador Toninho Vespoli.

**O SR. TONINHO VESPOLI** – Bom dia a todos. Queria falar algumas questões. Primeira, aqui tem vários servidores da Saúde, não é isso?

- Manifestação na galeria.

**O SR. TONINHO VESPOLI** – Me digam uma coisa, tem um psicólogo aí que pode, de repente, pode emitir uma bula para um remédio, é isso?

- Manifestação na galeria.

**O SR. TONINHO VESPOLI** – Não. O psicólogo pode, em alguns medicamentos neurológicos? Não?

- Manifestação na galeria.

**O SR. TONINHO VESPOLI** – Quem é que pode então daqui?

- Manifestação na galeria.

**O SR. TONINHO VESPOLI** – Psiquiatra? Então vamos lá. Tem psiquiatra aí?

- Manifestação na galeria.



**O SR. TONINHO VESPOLI** – Não. Mas vamos supor se tivesse. Psiquiatra vai lá e faz sua bula, não é isso? Um enfermeiro não pode chegar e mudar a bula do médico, não é isso?

- Manifestação na galeria.

**O SR. TONINHO VESPOLI** – Aqui você tem de entender que é a mesma coisa. Para vocês entenderem como funciona. Não quero vender, nem o Jonas, nem eu, como Vereador, não queremos vender ilusão para vocês. O Vereador tem prerrogativa de fazer as leis, mas tem leis que ele não pode fazer. Uma das leis que ele não pode fazer é mexer na questão de quadros e salários da Prefeitura Municipal.

Então esse negócio de vir e falar: “Aqui é a Casa das Leis e os senhores Vereadores poderiam fazer essa lei”, isso não funciona. Porque não é da nossa prerrogativa fazer isso. Não podemos fazer leis, por exemplo, que mexam com tributos. É do Executivo.

Então tem coisas que o Executivo tem de fazer e mandar para cá. Na hora que o Executivo manda...

- Manifestação fora do microfone.

**O SR. TONINHO VESPOLI** – Não, só para entender, se não eles podem sair com uma impressão errada. Na hora que o Sr. Prefeito manda, podemos sim fazer um substitutivo, igual ele falou, mexer no que o Sr. Prefeito mandou. Mas não temos essa prerrogativa, não é do nosso direito fazer isso. Isso é inconstitucional. Se eu ou ele fizer isso, vai cair na primeira comissão que é a CCJ. Entendeu? O que estou querendo dizer com isso? Que a luta de vocês é legítima, que a luta de vocês passou da hora, que a luta de vocês é mais que legítima. O problema é que não é algo que Vereador resolva, quem resolve é o Executivo. O Executivo pode resolver, já o Vereador, não. O que o Vereador pode fazer é isso que o Vereador Jonas fez, uma audiência pública. Para que ela serve? Para trazer o pessoal da autarquia aqui, para trazer o Executivo para discutirmos e acharmos uma solução. É isso o que podemos fazer, tudo bem?

É o mesmo que acontece com vocês, enfermeiros. Vocês não podem, por mais que tenham condição, medicar, não é isso? É a mesma coisa, eu também não posso fazer uma lei que mexa com cargos e salários, porque não cabe a mim. Eu não posso fazer, nem o Jonas e nenhum outro Vereador.

Só para deixar claro, inclusive o Douglas está presente, ele me procurou junto com outros servidores há um tempo. Naquela época, fizemos um pedido de informação para o Executivo sobre essas questões de vocês. Coincidentemente ou não, perguntamos por que vocês não estavam recebendo o 13º. Logo depois do nosso pedido de informação foi liberado o 13º para vocês. Férias? É isso, férias. Não sei se foi coincidência ou não, mas foi o que aconteceu.

E na época ainda discutimos com os servidores que foram ao meu gabinete que o único jeito seria entrar na Justiça, que eu não sabia como a Justiça iria se portar, inclusive ela poderia quebrar o contrato de vocês. Então, eu disse que vocês teriam de decidir coletivamente se entravam com isso ou não. Naquele momento, acho que as pessoas não conversaram com a maioria, que resolveu não entrar, não foi isso? Pelo menos, os servidores que estiveram no meu gabinete. Então, agora, por outras vias, acabou indo para o Ministério Público.

O Ministério Público e o Executivo – falo para os dois – são insensíveis. Por quê? Porque eu não tenho condição, sou funcionário público, sou professor da rede municipal, estou no meu primeiro mandato. Sei como é a relação do funcionalismo público, o Ministério Público é altamente insensível, não só por não renovarem o contrato com vocês até que o próximo Governo resolva a situação, e também porque fora a vida de vocês, tem a vida dos usuários. Se quebrarem o contrato, o que será daqueles usuários sem o atendimento de vocês? A Prefeitura não terá condição de substituí-los de uma hora para outra.

O Executivo, que tem poder para isso, tem de dar uma resposta, porque não é possível. Ele pode até não dar uma resposta, mas é o Executivo que tem condição de dá-la. O Executivo tem de falar o que fará, sou a favor de concurso público. Essas pessoas têm uma expertise de tanto trabalharem na Prefeitura. Tinha de dar uma pontuação a mais a essas pessoas ou um ponto por ano trabalhado ou algo assim. O que não pode acontecer é não ter atendimento na cidade de São Paulo por conta de manda-los embora.

O Executivo tem de deixar apontado para o próximo Governo, porque se não deixar nada apontado, o próximo Governo terá de começar do zero. A cidade de São Paulo não pode esperar, vocês não podem esperar, os próprios usuários não podem esperar o próximo

Governo começar a discutir do zero o que acontecerá no próximo ano.

**O SR. PRESIDENTE (Jonas Camisa Nova)** – Pessoal, as minhas perguntas vocês já falaram. Agradeço a presença do Vereador Toninho Vespoli. Como vocês sabem, em dezembro, sairei da Câmara. O Vereador Toninho Vespoli continuará e levantará essa bandeira – já está levantando junto com o Douglas – e dará continuidade a mim.

Fiquem cientes de que tudo o que está sendo gravado será levado à equipe de transição. Tentaremos chegar a eles e deixá-los a par do que está acontecendo. Ainda acho que esse Governo poderia renovar esse contrato para dar uma garantia.

- Manifestação fora do microfone.

**O SR. PRESIDENTE (Jonas Camisa Nova)** – É isso o que gostaria de conversar com vocês. O Ministério Público tem um parecer, não é?

- Manifestações simultâneas fora do microfone.

**O SR. PRESIDENTE (Jonas Camisa Nova)** – Pessoal, vamos dar continuidade. Tenho terminar às 15 horas em ponto por causa do Plenário.

Tem a palavra o Sr. Otávio D'Acosta Passos.

**O SER. OTÁVIO D'ACOSTA PASSOS** – Boa tarde. Estou representando o gabinete e a Secretaria Municipal da Saúde. Vim, a princípio, somente com a tarefa de falar sobre o segundo tema que teremos hoje, a parte dos residentes.

Mas, em face das falas todas, não tenho como deixar de me manifestar, pelo menos no sentido pessoal. Meu pai é médico, minha mãe é fisioterapeuta – já vou explicar – essa situação que vocês apresentam me toca muito. Sou solidário no sentido muito profundo, é um absurdo, é uma das situações mais injustas que têm na Prefeitura de São Paulo.

Falando em termos da gestão, é uma situação que tem dez anos. Já passou não somente essa Administração, mas outras duas gestões. Nenhum dos Executivos anteriores resolveu esse problema. Então, é um problema que transpassa e desculpe, nobre Vereador Toninho Vespoli, mas discordo de você. Acho que não é mais um problema do Executivo, mas de todos nós, até como cidadãos. (Palmas)

**O SR. TONINHO VESPOLI** – Mas, é por isso que estamos aqui. Porém, o Executivo que tem prerrogativas para resolver isso. Não vamos vender ilusão a eles, porque o Legislativo não pode fazer isso.

**O SR. OTÁVIO D'ACOSTA PASSOS** – Perfeito. E aí eu também não vou tentar ilusão aqui agora, como representante da Secretaria Municipal da Saúde. O Lovato vai explicar

um pouco melhor o que foi feito até agora para tentarmos resolver esse problema, pois somos solidários.

Já vi o Secretário Municipal da Saúde, Alexandre Padilha, pedir-nos para dar bônus em concurso para quem estivesse na situação de contrato de emergência. Em uma reunião, na minha frente, ele fez essa solicitação. Contudo, em todas as instâncias que tentamos fazer isso, chegamos a uma situação de que se fizéssemos isso, o concurso seria impugnado.

Então, na verdade, a gente se coloca numa situação em que temos algumas amarras que são jurídicas. Portanto, não é somente um problema do Executivo, é um problema do Judiciário também. E entendo que também seja um problema da Câmara, no sentido de tentar resolver um problema legítimo da população e de todos nós, cidadãos, que podemos e temos de ser atendidos pelo SUS. Então, estamos falando em todos os níveis possíveis, os cidadãos têm interesse, os trabalhadores evidentemente têm interesse.

Agora, já em termos do que foi feito, em todas as falas, as últimas falas principalmente, o pessoal cita a garantia do emprego. Um dos maiores riscos - e lamento a situação precária que tem - não é nem a situação precária continuar, mas sim o acabar por demissão. Daí, a principal coisa a ser garantida é o emprego das pessoas. Esse é o ponto inicial. (Palmas) É daí que tem de se começar. Isso, por mais que seja de uma forma precária - e aí eu acho que tem de fazer uma meia culpa mesmo da gestão por não ter conseguido resolver -, por mais que seja precária, a gestão garantiu. A gente manteve os contratos. Não ampliamos os contratos de emergência para não trazer mais gente para essa situação. Mas, os contratos que existiam, a gente manteve. Não sei se têm casos pontuais em que isso não foi cumprido, mas a mensagem, a ideia, era a de manter os contratos.

Quanto à questão da renovação dos contratos, só temos autorização para fazer contrato de emergência - isso por lei - se houver uma previsão de um concurso. Senão, é ilegal. O gestor público estará cometendo uma ilegalidade, uma improbidade. Então, ele não pode fazer isso. Ele não pode renovar qualquer contrato de emergência que seja se não tiver um contrato de concurso público já aprovado em andamento. Isso a gente tentou fazer. A gente tentou fazer concurso público, inclusive a última vez que fui ao Conselho Municipal de Saúde, passei o número do processo. Tentamos fazer isso, tentamos abrir concursos públicos e aí é onde eu acho que entra inclusive uma possibilidade de a Câmara ter algum tipo de intervenção.

Sendo muito transparente, a nossa gestão está terminando e agora o risco que acho que existe é principalmente que haja demissões e que não se paguem os direitos

passados dessas pessoas que trabalharam há tanto tempo. É o pior dos mundos, o pior dos cenários para todo mundo, porque vamos ter uma saúde com pouca atenção; trabalhadores que trabalharam dez anos e não receberam os direitos; e novos contratados, será que serão contratados através de concurso? Aí é uma decisão da próxima gestão. A próxima gestão é que pode ou não abrir um novo concurso público, que pode ou não tocar esse processo para frente.

Desculpem, fiz um parênteses, mas para falar que é aí que pode entrar uma atuação da Câmara. Para o próximo Orçamento, está em discussão aqui a Lei Orçamentária Anual. Na Lei Orçamentária Anual, que o Executivo mandou para a Câmara, está previsto um orçamento de pessoal que a princípio, eu estimo, contemplaria a possibilidade de substituir os contratos de emergência por concursos públicos. Isso viabilizaria a renovação dos contratos atuais até que fossem contratados os novos concursados, ou seja, isso está em discussão agora na Câmara. Então, a Câmara pode olhar para essas rubricas, que estão aqui, que o Executivo propôs, e pode fazer ajustes, eventualmente aumentando, eventualmente incluindo possibilidades que o Executivo não tinha previsto no projeto que mandou para a Câmara.

Outra coisa, outro aspecto, que é a questão dos direitos passados, o Executivo tem as mãos amarradas sobre o que ele pode fazer ou não, porque pagar direitos que não estão previstos na lei, porque a lei de contrato de emergência - e aí alguém falou muito bem -, o contrato é de um ano. Então, como é que você paga? O Executivo fica um pouco amarrado. Como é que você paga o direito trabalhista passado que o próprio Ministério Público não quis fazer o acordo? Pelo Ministério Público os trabalhadores seriam demitidos.

E do outro lado a gente seria obrigado, seria responsabilizado pelo fato de a atenção ter piorado. Então, de certa forma, o Executivo, no caso, fica bastante amarrado. De um lado, é de certa forma, obrigado a demitir e, do outro, é responsabilizado pelo problema da saúde que seria gerado. Porque esses trabalhadores são supervalorosos. Se não fossem eles – isso a gente reconheceu desde a primeira vez e a gente reconhece que é superimportante para a saúde, é necessário, é fundamental -, se a gente não tivesse esses mil trabalhadores hoje em dia de emergência, a gente teria uma situação de caos em várias unidades de saúde. Isso está reconhecido pelo Executivo.

Então, e agora? A gente tentou fazer isso, agora o Lovato acho que pode entrar um pouco mais sobre os detalhes do que tentamos fazer e onde esbarramos. E aí vamos ver, como cidadão, como Executivo, como Legislativo, como Judiciário, como podemos conseguir

desamarrar isso. Eu, no primeiro mês, no dia útil do mês, estarei desse lado reclamando e tentando apoiar da melhor forma possível. Pessoalmente, viu? Estou falando do ponto de vista pessoal, porque isso não é mais um problema dessa gestão. É um problema de dez anos, é um problema de várias gestões, é um problema de todos nós.

Então, vou passar a bola para o Lovato para ele explicar um pouco mais o processo. (Palmas)

**O SR. LOVATO** – Sr. Presidente, queria, em nome de V.Exa., cumprimentar os demais componentes da Mesa e também não vou me estender muito para não ser verborrágico aqui, porque essa situação de fato que se estende é de conhecimento de todos. Salvo melhor juízo e com essa audiência pública certamente levar ao conhecimento de mais outras autoridades que possam tomar pé da situação.

Também queria trazer algumas novidades sobre uma reunião recente que estive. E dizer que quando assumimos a gestão, tínhamos 2.519 trabalhadores nessa situação e hoje a gente – não sei se felizmente ou infelizmente – temos 1.021. Por que, Sr. Presidente? Porque as pessoas vão desistindo. Eles não são demitidos. Acabou-se o contrato, a situação de fato perdura, a dificuldade de se manter com essa remuneração é muito difícil e certamente eles procuram melhores condições de trabalho e até mesmo de sobrevivência. Então, não é que a Administração demita. A gente lamenta, porque perdemos um profissional capacitado. Hoje temos 1.021 nessa situação.

Esperamos que com o concurso, que já foi dado início, já abrimos o processo administrativo do concurso público – queria frisar muito bem que quando identificamos que o concurso público por si só não daria condição de resolver essa situação, propusemos outras alternativas. Estivemos em reuniões junto com o sindicato, com os representantes da categoria e tiramos que iríamos propor um TAC – Termo de Ajuste de Conduta – acho que todos já têm conhecimento desse nome técnico, mas é onde buscávamos junto ao Ministério Público, que já existe um inquérito civil aberto para apurar responsabilidade de improbidade dos administradores públicos por não terem tomado essa providência. A ideia era levar ao Ministério Público essa possibilidade de se firmar um TAC com a presença de uma mesa composta por dirigentes do sindicato e as entidades representantes.

Infelizmente não tivemos uma recepção muito boa. A preocupação do Promotor de Justiça, Dr. Otávio, foi de dizer que ele queria sim a presença das autoridades, mas não iria fazer o TAC, porque não queria deixar a responsabilidade para a gestão futura, como se a

gestão fosse fatiada. E aqui nós assumimos a gestão, com 2.500 casos desse. Estamos entregando a gestão com mil casos, 1.200. Abrimos o concurso público, mas o concurso público não daria a solução e através do TAC, Sr. Presidente, provavelmente nós conseguiríamos resolver – não vou dizer todas para não ser leviano e faltar aqui com a verdade e jogar a responsabilidade em outros – mas muitas situações poderiam ser resolvidas através do TAC. Situações que eu não sei confortaria todos, mas resolveria com esse TAC.

O Ministério Público não aceitou o TAC e, diga-se de passagem, acho que foi mais um blefe do MP, dizendo que a qualquer momento ajuizaria uma ação civil pública com pedido cautelar para afastar todas as pessoas que estão ocupando essa situação de fato. Então essa foi a fala do Ministério Público.

Estou trazendo aqui não só coisa ruim, mas tenho de expressar qual foi o sentimento nosso junto a essa reunião. Não vou me estender, dado o estágio adiantado da hora e muitas pessoas também provavelmente querem fazer outras perguntas, mas esse TAC ficou relegado pelo Ministério Público. Não vou nem dizer suspenso, ele foi abominado pelo Ministério Público, foi rechaçado de plano.

Então, o TAC seria uma alternativa. Aqui também vai uma proposta de encaminhamento, Sr. Presidente, que esta Casa, independentemente da competência, Sr. Vereador e a atribuição da mesma, poderia sim pressionar junto ao Ministério Público, tendo em vista o afinamento político do Ministério Público com a nova gestão, seria muito prudente que a Casa perseguisse essa proposta de TAC. (Palmas) Seria um encaminhamento com o nobre Vereador e que encampasse essa luta dessas pessoas que, certamente, se não estivessem prestando esse serviço a saúde, os hospitais estariam com problemas sobrecarregados.

Queria também, para finalizar, deixar registrado ao Sr. Presidente que participei da 2ª reunião de transição – já é a 2ª reunião - hoje com um pouco do novo modelo da Pasta da Saúde. Conversando com o futuro Secretário. Dr. Wilson Pollara, deixei claro pela segunda vez que esse é um problema sério. O que me chamou um pouco a atenção foi que nos questionários que nos foi encaminhado não havia nenhuma pergunta sobre essa situação. Isso reforça, Sr. Presidente, que muitas autoridades não têm conhecimento da situação dessas pessoas. Então, queria deixar claro esse registro aqui. (Palmas)

**(NÃO IDENTIFICADO)** – Boa tarde a todas - a maioria é todas – e a todos. Só queria acrescentar umas informações sobre algumas questões básicas e responder à questão

do colega dentista, que não sei se está aqui, sobre a gratificação de municipalização.

Então, o que queria dizer é o seguinte, até porque foi comentado sobre a gestão do Prefeito Haddad: primeiro, o Prefeito Haddad, logo no primeiro ano de Governo, deu um reajuste de 70% para o nível básico, 45%, em torno disso, 42% para o nível médio e reestruturou todo o quadro da saúde. Trouxemos para a Administração própria 14 mil servidores da autarquia. Além disso, e sempre – é bom que se registre e agradecemos – numa parceria em favor dos servidores, mas principalmente em favor da população com a Câmara Municipal.

Então, aquilo que o Valmir se referiu, de que os servidores tiveram que acampar, tiveram, sim, para sensibilizar a Câmara a adotar um novo conceito de remuneração, que era o subsídio através do qual todo o valor da remuneração seria levado à aposentadoria. Mas, isso foi fruto de mais de cem mesas de negociação, inclusive coordenei a maioria delas juntamente com o Leandro pelo lado dos trabalhadores, e conseguimos confluir para esse projeto que teve aprovação dos Srs. Vereadores. Foi melhorado aqui na Casa e depois melhorado numa segunda oportunidade através de uma nova lei para corrigir distorções desse projeto, de tal forma que 41.000 servidores foram contemplados nessa reestruturação da carreira.

Então, acho que o Prefeito Fernando Haddad fez alguma coisa que é inédita: levar aos aposentados. Na questão dos contratados de emergência, foram abertos concursos, mas como o José Octávio mesmo já disse, foi de forma insuficiente. Até por conta dos acréscimos de gastos que tivemos, inclusive com a reestruturação de pessoal, não tivemos para resolver também essa situação, assim como outras situações, entre elas – e aí eu respondo – a questão da gratificação de municipalização.

No nosso projeto inicial da Secretaria de Saúde estava contemplada a atualização da gratificação de municipalização. Mas, quando isso foi acertado no Governo, não foi possível ser mantido por questão orçamentária. Mas fizemos um protocolo, que saiu publicado hoje no *Diário Oficial da Cidade*. Fizemos um protocolo na mesa de negociação, onde acordamos uma proposta de que o Prefeito atual não pode mandar aqui para a Câmara. Por quê? Porque ele traria uma despesa para o novo Prefeito. Pela lei de responsabilidade fiscal, Fernando Haddad não pode fazer isso, senão será responsabilizado. Mas, fizemos um protocolo.

Por que estou colocando isso? O Vereador Toninho Vespoli continuará Vereador, mas o Vereador Jonas não. Mas naturalmente ele é de um partido com representantes na Casa, suplente de Vereador, e poderá influenciar nessa questão também. Já há um protocolo



acordado e a Câmara poderá, juntamente com a equipe de transição, que com certeza virá discutir o Orçamento para tratar dessa questão.

Eu me posiciono no mesmo sentido em relação à questão do reajuste da bolsa dos médicos residentes, que era um dos assuntos da pauta hoje. Pelas mesmas razões, quais sejam: legislação eleitoral e Lei de Responsabilidade Fiscal, não pudemos pagar esse reajuste a partir do mês de março deste ano. Então, o que fizemos? Como houve sobra de dinheiro de bolsas de médicos residentes, que não foi utilizada durante o dia, estamos pagando o reajuste deles a partir do mês de novembro. Então, estamos pagando novembro e dezembro. Então, os residentes já irão receber esse reajuste agora em novembro.

Agora, o retroativo de março a outubro não nos foi possível pagar pelas razões que eu já disse. Mas, também pactuamos com os médicos residentes e estamos solicitando, aliás, a Comissão de Saúde já discutiu isso – foi até aprovado um requerimento da Vereadora Patrícia Bezerra - no sentido de que também seja acolhida, se possível, essa questão no Orçamento.

Quanto a essa questão dos contratados de emergência, a nossa proposta é aquela expressa pelo Dr. Lovato, que colocou muito bem, quer dizer, uma questão que extrapola as nossas possibilidades legais. Naturalmente iremos aceitar, com certeza, sempre a parceria da Câmara para resolver esse assunto, assim como do Conselho Municipal de Saúde, com mais de um representante presente hoje. Trabalharemos em parceria com eles para ajudar, inclusive como já dito pelo Lovato, junto à Comissão de Transição, para mencionar a importância desse assunto. (Palmas)

**O SR. TONINHO VESPOLI** – Só uma questão: esse ano eu entendi porque não pode fazer concurso, por causa da Lei de Responsabilidade Fiscal. Quero entender para o próximo Governo, quais as dificuldades que tiveram nos anos anteriores, no primeiro e segundo anos? É importante a gente entender isso, porque é o que eles irão argumentar lá na frente. Por que não foi pensado num concurso no primeiro e segundo anos?

- Manifestação fora do microfone.

**O SR. TONINHO VESPOLI** - Não, foi feito em 2014. Isso. E aí não chamaram e é isso que eu quero entender.

- Manifestação fora do microfone.

**O SR. TONINHO VESPOLI** – Chamaram uns que desistiram, mas depois não chamaram os outros, eu quero entender por que não substituíram todos. É isso.

- Manifestação fora do microfone.

**O SR. TONINHO VESPOLI** – Chamaram algumas categorias e outras, não, gente. Quero saber do Governo por que não chamaram e por que quando chamaram uns, que desistiram, não continuaram a lista?

- Manifestações fora do microfone.

**O SR. LOVATO** - Sr. Presidente, aproveitando a oportunidade, acho que foi providencial, sabendo que talvez estejamos discutindo algumas questões que nem todos tenham conhecimento. Para que não seja desgastante, tenho certeza de que a parte de lá conhece muito bem. Talvez não tenhamos conhecimento a fundo, vou tomar a liberdade, queria oficialmente entregar um relatório a Vossa Presidência sobre todo o histórico, desde quando começaram essas contratações emergenciais e hoje a situação em que se encontra, até mesmo para que V.Exa. leve ao conhecimento da Casa e disponibilize a quem queira se cientificar e tomar conhecimento a fundo. Vou aproveitar e protocolar formalmente para Vossa Presidência.

Muito obrigado. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Jonas Camisa Nova)** – Dando continuidade, tem a palavra o Sr. Luciano, do Coren.

**O SR. LUCIANO** – Boa tarde a todos e a todas. Quem é da enfermagem, levante o braço, por favor. Obrigado. Quem é médico residente, por favor? Fico extremamente angustiado quando escuto esse tipo de coisa. A eleição passou e a gente, que entende as coisas nas entrelinhas – falo em nome da minha Presidente Fabíola Campos. O Coren São Paulo foi acusado até por pessoas que estão aqui dentro, que dão tapinha nas costas do companheiro Padilha, que prometeu-nos 30 horas em 2010 e não deu, ele e a Dilma. “Vocês fazem 30 horas, mas o resto do país não faz”, por isso estamos para cima e para baixo e muitas outras coisas. Agora, quem sabe, comecem a falar grosso.

Aqui tem um fato, negligenciou-se o serviço público de saúde nesse Município há dez anos e principalmente nos últimos quatro. Quando você entra no primeiro ano de mandato – e ninguém aqui é bobo, ninguém é tonto, desculpem, mas quem me conhece sabe que é bem assim mesmo – você tem agora e vamos jogar na LOAS do próximo mandato.

O Vereador Toninho falou toda a verdade. Têm coisas que são do Executivo sim. É

privativo do Executivo, é só pegar a lei e dar uma olhada. A verdade é que esse povo que está aqui precisa de uma solução. Não dá para conceber que profissionais de saúde, principalmente da nossa categoria, da minha categoria, auxiliar de enfermagem com muito orgulho, eleito conselheiro do Coren, da Comissão de Relações Institucionais, não têm férias há dez anos. Por que o Conselho Regional está aqui hoje? Porque hoje fomos oficialmente chamados e assumo com vocês o compromisso... Pois não, companheira.

- Manifestação fora do microfone.

**O SR. LUCIANO** – Só um instantinho. Pessoal, não vamos tumultuar, porque sabemos quem estamos defendendo. Hoje fomos chamados e estamos presentes, certo? Então, as pessoas que têm contato com o Haddad sabem como funciona o Conselho de Saúde. Todo mundo sabe exatamente como essas coisas são aparelhadas, todo mundo sabe disso.

O pessoal quer a solução. O que o Coren vai fazer? A única entidade, gostem ou não gostem, que tem autonomia para dizer o número de profissionais que está faltando - e falta e muito, viu pessoal da autarquia e da Secretaria – é o Conselho Regional de Enfermagem. E aí, o que você faz? Você vai, você autua, você entra com a ação no Ministério Público, aí vem a velha Lei de Responsabilidade Fiscal. Que legal, não é? Só que ninguém fala que a Lei de Responsabilidade Fiscal é para contratar um monte de gente, que não tem a menor capacidade, às vezes, de assumir o cargo; que ganham muito mais do que esse pessoal e que duvido que não tirem férias há dez anos.

Então, alguém tem de dizer a esse Ministério Público que ele tem de defender o público. Não estamos falando de uma luta de classes, estamos falando de uma questão pública de saúde. Vou levar para o Conselho Regional, vou levar para a Presidente Fabíola e iremos dialogar com o Conselho, com o Ministério Público, sem pieguismo, sem o rabo preso com partido, com ninguém. Diremos ao Ministério Público que já está subdimensionado e de quem será a responsabilidade se as pessoas morrerem ali. É para isso que o Ministério Público está lá, tem de dar uma solução. O Ministério tem de dizer: “Vocês vão mandar 1.021 embora. Agora, quem vocês irão colocar no lugar para cuidar da população?”

Ninguém disse isso ao Prefeito nesses quatro anos, a companheirada, que bate nas costas, ninguém falou. Então, agora iremos lá, temos o dimensionamento, a gente sabe exatamente quantos faltam, porque não sobram, faltam profissionais, principalmente de

enfermagem, auxiliar e técnico. Nós que somos 80%, que estamos literalmente apanhando na cara, estamos fazendo uma campanha contra a violência, e por quê? Porque achamos que é bonito? Porque diariamente os senhores chegam lá, além de não terem férias, além de ganharem essa coisa que chamam de salário, ainda têm de ouvir: “Eu pago o seu salário, eu quero ser atendido agora, eu quero esparadrapo, eu quero condições para ser atendido?”

As eleições passaram, estamos aqui e é isso que iremos fazer e temos feito em todas as cidades e que nos acusem por fazermos coisas que acham que não deveríamos fazer. Defendemos os direitos fundamentais, tutelamos a sociedade.

Então, um dos encaminhamentos que nós queremos colocar, Sr. Presidente, é isso: “Tem que ser questionado o Ministério Público” É preciso dizer quantas pessoas vão contratar no lugar, porque isso vai gerar deficiência, isso vai gerar precarização. Nós não somos a favor e nem contra nenhum tipo de regime de trabalho. Para os senhores trabalharem, os senhores têm o quê? O reconhecimento pelo Conselho Regional de Enfermagem. Por quê? Porque não é qualquer profissão, não é uma ocupação, gente. Nós temos aqui muitas responsabilidades. Nós temos um código de ética muito duro, muito pesado. Então, quando chamar para a mesa de negociação, Sr. Secretário, os conselhos de classe têm que ser chamados sim e nós estaremos lá, para nos manifestar e dizer exatamente quantas pessoas faltam. Então, qual é o problema desse pessoal? Como esse pessoal vai dar uma qualidade de assistência e vai dar segurança no atendimento, sabendo que, a qualquer momento, vai ser mandado embora, sabendo que está há dez anos? Então, uma das coisas é isso, a questão do Ministério Público.

Nobre Vereador Toninho Vespoli, V.Exa. vai continuar. Eu particularmente tenho muita confiança no seu trabalho. Eu o apoiei, V.Exa. sabe disso, e a gente vai continuar com essa demanda. Agora o que vai ser feito daqui até o dia 31? (Palmas) Por todas as falas, ouvi um monte de desculpas, que nós tentamos e, que nós pegamos, e vem gráfica e vem tudo, e não foi resolvido.

- Manifestações fora do microfone.

**NÃO IDENTIFICADO** – O que a gente precisa fazer? A gente precisa tirar o encaminhamento daqui, tirar uma comissão já dessas pessoas que estão aqui. A Câmara de Vereadores tem até o dia 31 de dezembro para trabalhar, para manifestar. Nós nos colocamos à disposição, para fazer essa discussão com o Ministério Público e falar politicamente. A nossa grande vantagem é que nós não temos rabo preso com ninguém. Nós vamos lá como autarquia federal, dizendo para o Ministério Público: “Olha, se mandar esse...” - Erga a mão quem é da enfermagem - “Se mandar esse pessoal embora, tem que contratar a mesma quantidade, sem considerar aqueles que já faltam”. E é isso que nós fazer, e garantir o emprego dessas pessoas. Aí eu concordo com o Vereador. O Executivo pode sim. A gente vai lá, a gente conversa. Com boa vontade, dá. O que não dá, gente, para encerrar, é a gente ficar barrigando por mais quatro anos; agora passa para o outro Governo; agora vou ser mais duro com ele e vou falar mais grosso. Não, isso aqui é questão de saúde pública.

---

- Manifestações fora do microfone.

**NÃO IDENTIFICADO** – Exatamente. Deve haver algum motivo. Então, a gente vai encaminhar dessa forma. Fala-se muito em união da nossa categoria. Eu acho que a gente está conseguindo. A gente tem que continuar nessa luta, nessa batalha. Os senhores estão de parabéns. Eu saio muito triste daqui, muito sensibilizado. Infelizmente essa situação está no Estado todo. Nós não somos reconhecidos. Nós não somos mesmo, e nós não temos rabo preso com ninguém, gente. Os senhores podem ter certeza que eu estou aqui, nesta mesa, defendendo os senhores, porque eu sou auxiliar e não bati nas costas de ninguém. Pelo contrário, rompi, porque traíram a minha categoria. (Palmas)

- Manifestações fora do microfone.

**O SR. PRESIDENTE (Jonas Camisa Nova)** – Já está registrado.

Tem a palavra a palavra a Sra. Neide, da Associação Odontológica.

**A SRA. NEIDE** – Bom dia a todos. É bom dia, porque eu não almocei também. Então, é assim: A gente tem que ter calma, porque a gente vai conseguir o nosso propósito. Há um ditado muito interessante: “Água mole em pedra dura, tanto bate até que fura”, e é nesse sentido que nós estamos aqui, que conseguimos audiência pública, como vamos conseguir também audiência pública para os municipalizados. Está faltando um pedacinho de nós, porque eu sou servidora pública municipal. Está faltando um pedacinho daquilo que nos ajuda a prestar um bom serviço, que são os contratos de emergência e os servidores municipalizados. Então, para acertar a nossa conta, nós vamos ter que terminar até 31 de dezembro, com esse pedaço que falta, para que entremos, no próximo ano, nem próximo Governo, unidos, para continuar atendendo à população da forma digna que ela merece, e é só isso. Conte com a mesa de negociação, porque lá nós estamos assinando todos os protocolos, inclusive a remoção, que é de direito. É só.

**O SR. PRESIDENTE (Jonas Camisa Nova)** – Pessoal, quem quiser ler o relatório que o Dr. Olavo deixou para nós, procure aqui a Sra. Carmen. Deixe o seu e-mail que ele envia, encaminha o documento.

Tem a palavra a Sra. Janaína Bulhões Miranda, da AMESP, Associação de Médicos Residentes do Estado de São Paulo.

**A SRA. JANAÍNA BULHÕES MIRANDA** – Obrigada pelo espaço. Eu sou médica residente, e esta audiência também contempla a discussão do repasse do reajuste na bolsa dos médicos residentes. A gente já conseguiu, junto com o Dr. Eurípedes, o repasse de um reajuste de 11,9% na bolsa dos médicos residentes. Os senhores que convivem com residentes diariamente sabem que a maioria trabalha mais do que 60 horas por semana, e recebem, em média, dez reais por hora para trabalhar dessa forma. Então, aqui, na cidade de São Paulo, a gente conseguiu esse reajuste, pelo menos para os meses de novembro e

dezembro. A nossa preocupação aqui hoje é como está o encaminhamento, para que o reajuste entre na lei orçamentária anual de 2017. É ótimo que nós conseguimos o reajuste para os próximos dois meses. Já deveria ter começado em março, porque a portaria interministerial que definiu esse reajuste é de 16 de março de 2016, que foi negociada ainda em 2015. Então, nós gostaríamos hoje, aqui como representantes dos residentes municipais, embora eu seja diretora da Associação de Médicos Residentes do Estado de São Paulo, inclusive de estar levando uma paralisação, que já fez dez dias ontem em vários serviços do Estado, pelo mesmo motivo, pelo reajuste de 11,9%. Nós gostaríamos de saber qual é o encaminhamento, para que esse reajuste entre na lei orçamentária anual do município de São Paulo. Essa é a nossa preocupação, porque todos os Estados do País já estão pagando desde março esse reajuste. O Estado de São Paulo e a cidade de São Paulo foram os últimos. O Estado de São Paulo continua negando esse reajuste para a gente. Por isso que a gente está paralisado desde o dia 10 de novembro.

**O SR. PRESIDENTE (Jonas Camisa Nova)** – Não há um recurso a mais no RH? Há um 1,5 bilhão, não é? Mas não está distinguindo para o que é. Eu preciso me aprofundar mais, para depois lhe dar uma resposta.

**A SRA. JANAÍNA BULHÕES MIRANDA** – Sim.

**O SR. PRESIDENTE (Jonas Camisa Nova)** – A comissão também está aqui presente, os procuradores. Eles estão levantando, para poder lhe dar uma informação o mais rápido possível.

**A SRA. JANAÍNA BULHÕES MIRANDA** – Então, pode ser feita, *a posteriori*, essa definição?

**O SR. PRESIDENTE (Jonas Camisa Nova)** – Isso.

**A SRA. JANAÍNA BULHÕES MIRANDA** – OK. Obrigada.

**O SR. PRESIDENTE (Jonas Camisa Nova)** – Pessoal, eu vou tentar, tentar. O Sr. Otávio me deu uma ideia, de a gente tentar colocar, no orçamento deste ano agora, em 2017,

essa defasagem do salário dos senhores, dos atrasados, que são férias. (Palmas) Pessoal, não estou prometendo. O Sr. Toninho vai me ajudar. A gente tenta reservar lá, fazer uma conta lá rapidamente e tenta dar uma reservada lá, para que, em 2017, os senhores recebam isso. Então, a dor dos senhores não é só dos Vereadores, como também é do Executivo, porque está todo mundo na mesma... É que, na verdade, o orçamento é complicado. Faltou? Mas vamos pegar de onde? De onde vai sair? Então, tem que ser remanejado.

Tem a palavra o Sr. Luciano.

**O SR. LUCIANO** – Bom pessoal, foi feita uma citação aqui, que nós não vamos deixar passar, e que se registre isso. O Valnei, que falou agora, disputou conosco as últimas eleições e perdeu. É bom que se diga isso. Nós, do Conselho Regional de Enfermagem, conselheiros, não temos salário. Nós temos verbas indenizatórias. Está tudo lá no nosso *site*, não tenho problema algum e desafio todos os sindicalistas, inclusive, a colocar tudo aquilo que ganham e aquilo que fazem. Então, eu não entendi essa propositura, talvez porque, como nós sempre tivemos em lados opostos, nós defendemos os trabalhadores e outras pessoas defendendo outras centrais e outras coisas, tenha acontecido isso, mas é assim: Tudo o que nós percebemos lá, eu coloco em rede social. Não há problema algum. Forneço para cada um dos senhores. Não temos nome envolvido em Lavo Jato, nessas coisas. Nós não concordamos com isso. Nós estamos aqui e nós vamos até o final. Talvez isso esteja incomodando algumas pessoas. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Jonas Camisa Nova)** – Eu só quero informar aos senhores que, no dia 24 agora, a partir das 12 horas, no Salão Nobre, no 8º andar, nós estaremos fazendo a reunião da Saúde, uma audiência pública para discutir o orçamento. Seria bom se estivessem alguns representantes lá, até para que a gente possa levar esse pedido que eu estou fazer para os senhores, para a gente colocar lá. Pessoal, não é muita coisa que a gente pode fazer, mas estamos fazendo. Eu acho que a gente tem que ir ao Ministério Público com carinho, com confiança, porque não é possível que o guardião dos direitos dos cidadãos seja



contra os senhores. (Palmas) Eu não consigo entender, eu não consigo entender até agora essa situação. Como é que o Ministério Público foi contra essa decisão dos senhores? Até porque são dez anos nesse sofrimento, sem salário digno e sem férias. Então, pessoal, nós vamos tentar, até o último minuto, mas o Vereador Toninho Vespoli é um funcionário público também e vai ser um representante a altura para os senhores.

Digo aos senhores que, até o dia 31 de dezembro, estaremos também no Ministério Público, para defender os senhores, e o Coren e quem mais quiser participar. Pessoal, eu só gostaria de dizer que é hora de a gente se unir. É só união.

- Manifestações fora do microfone.

**O SR. PRESIDENTE (Jonas Camisa Nova)** – Pessoal, os encaminhamentos são rápidos. Nós vamos entrar em contato. Deveria se eleger aqui hoje, sair uma comissão que vai representar essa categoria, para que a gente possa, conjuntamente com os Vereadores, fazer um trabalho já para o Ministério Público. Mas não é só ir lá e fazer um pedido. É a gente ir lá. Inclusive, já estou pedindo a fita da gravação desta audiência, para que seja encaminhada também junto ao Ministério Público. Digo aos senhores o seguinte: Vamos tentar também, junto à equipe de transição, colocar a par dela essa situação. Por isso, também vai receber uma fita das mensagens dos senhores, a gravação.

Então, eu gostaria que se elegeisse aqui uma comissão de representantes.

(final do áudio)

